

# Uma singular e necessária filosofia da arte Hegel contra Kant?

*A singular and necessary philosophy of art:  
Hegel against Kant?*

Bernardo Boelsums Barreto Sansevero\*

---

**RESUMO:** A partir da justificação, realizada por Hegel no primeiro volume de seu *Cursos de estética*, da possibilidade e necessidade de uma filosofia da arte, indicamos divergências e convergências entre as propostas hegeliana e kantiana de pensamento do belo.

**ABSTRACT:** From the vindication done by Hegel at *Lectures on Aesthetics* first volume, about the possibility and the necessity of an philosophy of art, we indicate the convergence and the divergency between kantian and hegelian proposals on beauty thoughts

**PALAVRAS-CHAVE:** Arte. Hegel. Kant

**KEYWORDS:** Art. Hegel. Kant

---

As primeiras linhas do primeiro volume da obra *Cursos de Estética*, de Hegel, são destinadas à delimitação do tema a ser estudado. Dizem: “Estas lições são dedicadas à *estética*, cujo objeto é o amplo *reino do belo*; de modo mais preciso, seu âmbito é a *arte*, na verdade, *a bela arte*”<sup>1</sup>. Esta afirmação indica uma primeira preocupação do autor, deixar clara a especificidade de sua investigação, cercar o seu objeto de estudo. Não se trata de pensar a estética em seu sentido mais literal, enquanto sensação; também não se trata de pensar o amplo reino do belo que poderia abarcar belas rosas, belas paisagens ou belos animais; trata-se precisamente de um estudo da arte, da bela arte. A proposta de Hegel é realizar um feito bastante singular: fazer ciência da obra de arte bela<sup>2</sup>, ciência esta também designada por ele de filosofia da arte<sup>3</sup>.

Sendo um feito ímpar, Hegel se dedica, no primeiro item da Introdução, nomeado “Delimitação da estética e refutação de algumas objeções contra a filosofia da arte”, a destrinchar e refutar algumas noções que sustentam ser inviável uma ciência da bela arte. São apresentadas questões que compartilham de uma desconfiança referente à relação entre ciência e arte, indagações que não poderiam ser ignoradas. Tais como: seria realmente necessária uma ciência do belo? Ou ainda: seria

---

\* Doutorando em Filosofia – PUC-Rio - Bolsista CAPES – Contato: bboelsums@yahoo.com.br

<sup>1</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 27.

<sup>2</sup> Não se afirma aqui que inexistiu ciência da arte antes de Hegel, mas sobretudo que o modo como ele tratou a relação entre arte e ciência é singular.

<sup>3</sup> Usaremos ao longo do trabalho as expressões ciência da arte e filosofia da arte como sinônimas.

|                 |                   |              |               |                  |         |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|
| <i>intuitio</i> | ISSN<br>1983-4012 | Porto Alegre | Vol. 3 – Nº 2 | Novembro<br>2010 | p.32-44 |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|

## Uma singular e necessária filosofia da arte Hegel contra Kant?

fecundo à arte ou à ciência este encontro? Como foi dito, tais perguntas são feitas em geral sempre a partir de uma desconfiança, a saber: que ciência e arte talvez não se encontrem, ou ainda: que talvez elas não devam se encontrar, uma vez que a “mistura” seria desastrosa para ambas. Segundo Hegel, tal desconfiança está, não obstante, necessariamente acompanhada de uma confiança, de uma pressuposição de que a arte serve para algo. Refutando algumas noções do que seria a arte, Hegel justifica, autoriza e até mesmo reivindica a ciência da arte como necessária. Serão abordadas aqui duas dessas noções, pois são as que mais interessam para o que iremos apresentar.

Segundo Hegel, há uma concepção de arte como uma “distensão do espírito”: a arte serve para “relaxar”, isto é, não demanda esforço. Assim, delinea-se que a arte não é digna de um tratamento científico, pois se mostra como um objeto que, apesar de algumas vezes estar alada a motivos sérios como a religião ou a união entre sensível e inteligível, serve também a uma descompromissada contemplação, até mesmo preguiçosa; concepção que nos é familiar: passamos o dia trabalhando ou uma tarde nos dedicando a alguma tarefa desgastante e então planejamos ir ao cinema, ao teatro, ou a uma exposição para “distender o espírito”, pois assistir a um filme, a uma peça, ou olhar quadros belos na parede não demanda um esforço desgastante, mas antes uma contemplação relaxante. “Por isso, pode parecer inadequado e pedante querer tratar com seriedade científica aquilo que não possui por si só uma natureza séria”<sup>4</sup>.

Há também uma compreensão da arte como um tema pouco propício para a investigação científica, visto que a arte é atravessada pelo uso dos sentidos. Isto indica, sobretudo, uma transitoriedade, uma diversidade e uma arbitrariedade que devem supor uma ausência de regras ou conformidade às leis na produção e nas próprias obras da bela arte. A ciência ou o pensamento teria que “perder a coragem para trazê-los em sua completude diante de si, para julgá-los e enquadrá-los em suas fórmulas gerais”<sup>5</sup>. Perder a coragem significa abrir mão da busca pelas leis necessárias e determinantes, próprias da ciência, para investigar um objeto que traz consigo uma suposta ausência de leis e regras que o determinem, pois lhe é próprio a fantasia enquanto criação arbitrária.

A partir destas duas noções de arte, afirmar a importunidade do encontro entre ciência e arte soa razoável. É provável que essa relação não seja fecunda para ciência, pois seria preciso que ela perdesse a coragem que caracteriza a sua busca, correndo risco de perder a sua *seriedade* e dedicação ao ter a arte (enquanto uma distensão ou relaxamento do espírito) como objeto; assim como provavelmente tal relação não seja fecunda para arte, pois submetê-la à ciência seria restringir a sua característica própria da fantasia, de independência de regras: “quanto à objeção que afirma as obras da arte bela como refratárias à consideração científica e pensante, tal objeção parece ter ainda hoje bastante peso. E isto porque estas obras têm sua origem na fantasia desregrada e no ânimo e sendo

<sup>4</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 29.

<sup>5</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 31.

|                 |                   |              |               |                  |         |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|
| <i>intuitio</i> | ISSN<br>1983-4012 | Porto Alegre | Vol. 3 – Nº 2 | Novembro<br>2010 | p.32-44 |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|

## Uma singular e necessária filosofia da arte Hegel contra Kant?

ilimitadas em número e em variedade...”<sup>6</sup>. Precisamente por isso, a afirmação de Gouliane – de que a arte possui uma fantasia ilimitada, uma liberdade espiritual representante do ponto essencial da filosofia hegeliana – deve ser vista com cautela<sup>7</sup>.

As refutações de Hegel se dirigem diretamente às noções usuais da arte presentes nas desconfianças sobre sua relação com a ciência. Considerar a arte como distensão do espírito ou um tipo de entretenimento é afirmar que ela serve para entreter, acalmar, descontrair, etc. Hegel pretende falar, contudo, da arte livre. Isto não diz que a arte não leve a lugar algum<sup>8</sup>, mas apenas que ela não pode estar refém de uma necessidade de entretenimento dos homens. A arte, para Hegel, deve ser vista como um elo entre sensível e inteligível, exprimindo o divino através do mundano, o universal através do particular: “... a obra de arte deve revelar a *verdade* na Forma da configuração artística sensível, isto é, ela é chamada a expor aquela contraposição reconciliada e, com isso, possui seu fim último em si mesma, nesta exposição e revelação mesmas”<sup>9</sup>.

Quanto à possibilidade de uma ciência da arte significar uma descaracterização do artístico em sua independência de regras, sua arbitrariedade de criação fantasiosa, sua diversidade, Hegel afirma enfaticamente:

Pode-se inicialmente postular que o espírito tem a capacidade de se observar, de ter uma consciência e, na verdade, de ter uma consciência *pensante* sobre si mesmo e sobre tudo que dele decorre. Pois, é justamente o *pensar* que constitui a natureza mais íntima e essencial do espírito. Este somente se comporta segundo sua natureza essencial quando está verdadeiramente presente nesta consciência pensante de si e de seus produtos, não importando o grau de liberdade e de arbítrio que ainda possam ter.<sup>10</sup>

A independência de regras, característica da arte, não inviabiliza a capacidade do espírito pensar (conceituar) a si mesmo e seus produtos. A sensibilidade presente na obra de arte não deve ser vista de modo algum como um empecilho para o pensamento conceitual, pois, “para Hegel, o belo é fundamentalmente fruto do trabalho espiritual, posto que a arte é sempre feita pelo, para e sobre o homem”<sup>11</sup>, e neste sentido a arbitrariedade nunca solapa inteiramente o caráter essencial do espírito

<sup>6</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 36.

<sup>7</sup> Cf. GOULIANE, C. I. *Hegel ou la philosophie de la crise*. Tradução de Jean Herdan. Paris: Payot, Paris, 1970, p. 227.

<sup>8</sup> Muito pelo contrário. “A bela arte é, pois, apenas nesta sua liberdade verdadeira arte e leva a termo a sua *mais alta* tarefa quando se situa na mesma esfera da religião e da filosofia...” (HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 32). Esta mais alta tarefa da arte livre, que é “apenas *um modo* de trazer à consciência e exprimir o divino” (HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 32, grifo nosso) é uma passagem do espírito em direção ao espírito absoluto, mas de modo algum esta passagem pode ser equiparada com uma função para entreter. Se a arte “serve” para alguma coisa serve unicamente como esta mais alta tarefa.

<sup>9</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 74.

<sup>10</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 36.

<sup>11</sup> GONÇALVES, M. C. F. *O belo e o destino. Uma introdução à filosofia de Hegel*. São Paulo, Loyola, 2001, p. 47.

|                 |                   |              |               |                  |         |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|
| <i>intuitio</i> | ISSN<br>1983-4012 | Porto Alegre | Vol. 3 – Nº 2 | Novembro<br>2010 | p.32-44 |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|

## Uma singular e necessária filosofia da arte Hegel contra Kant?

pensante. A diversidade, ligada à arbitrariedade e à sensibilidade próprias da obra de arte não sustenta, segundo Hegel, a impossibilidade de uma ciência da arte, pois esta diversidade é necessariamente atravessadas pelo espírito. O que o leva a concluir: “... nem a bela arte é indigna de uma consideração filosófica nem a reflexão filosófica é incapaz de conhecer a essência da bela arte”<sup>12</sup>.

Sucintamente, é assim que Hegel abre o campo de possibilidade para uma ciência da arte. Foi dito, contudo, que este não somente justifica uma possibilidade, mas reivindica a necessidade de tal ciência. Pois haveria ainda o risco de, ao se *pensar* arte como elo intermediário entre sensível e inteligível, pesá-la com força do conceito destruindo justamente este elo que lhe é próprio. Ao pensar a arte através da ciência acabar-se-ia com o papel daquela de suavizar “a *secura* sem luz” do pensamento: “não pode ficar despercebido que uma consideração *apenas* pensante supera de novo este meio de complementação, o destrói e conduz o conceito de novo para sua simplicidade destituída de efetividade e para a abstração cheia de sombras”<sup>13</sup>.

Hegel avança esclarecendo que este processo é inevitável na história do espírito<sup>14</sup>. “O caráter peculiar da produção artística e de suas obras já não satisfaz nossa mais alta necessidade [...] O pensamento e a reflexão sobrepujaram a bela arte”<sup>15</sup>. Ou ainda: “os belos dias da arte grega assim como a época de ouro da Baixa Idade Média passaram”<sup>16</sup>. A reflexão, enquanto atividade do pensamento, já está impregnada na arte, pois é este o espírito de seu tempo. “Mesmo o artista mais experiente”, diz Hegel, não poderia se esquivar desse espírito da reflexão, por isso:

A *ciência* da arte é, pois, em nossa época muito mais necessária do que em épocas na qual a arte por si só, enquanto arte, proporcionava plena satisfação. A arte nos convida a contemplá-la por meio do pensamento e, na verdade, não para que possa ser retomado seu antigo lugar, mas para que seja conhecido cientificamente o que é a arte.<sup>17</sup>

É exatamente nesse ponto que Hegel demanda ou aponta a necessidade de uma ciência da arte. Isto se pondo contra a opinião comum de que uma relação entre estas duas estâncias acarretaria ou num enfraquecimento (perda de seriedade) da ciência ao tratar um objeto lúdico; ou num embotamento da propriedade mais intrínseca da arte, a saber, sua independência de regras e leis, que através da abordagem seca e árida do pensamento perder-se-iam. Hegel afirma a necessidade de uma ciência da arte refutando as noções usuais de arte como entretenimento e/ou o que não é e nem deve ser regido por leis e regras, pela aridez do conceito.

<sup>12</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 38.

<sup>13</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 31.

<sup>14</sup> Justamente sobre este ponto, diz Gadamer a respeito desta constatação de Hegel: “A obra de arte não é mais o divino propriamente dito que nós veneramos” (GADAMER, Hans-Georg. *A atualidade do belo: a arte como jogo, símbolo e festa*. Tradução de Celeste Aínda Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 15).

<sup>15</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 34.

<sup>16</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 35.

<sup>17</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 35.

|                 |                   |              |               |                  |         |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|
| <i>intuitio</i> | ISSN<br>1983-4012 | Porto Alegre | Vol. 3 – Nº 2 | Novembro<br>2010 | p.32-44 |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|

## Uma singular e necessária filosofia da arte Hegel contra Kant?

Foi dito no início deste texto que a proposta de Hegel é singular. Tal singularidade pôde ser entrevista na própria necessidade do autor de dedicar o primeiro item de sua obra à refutação de objeções à sua proposta. Como vimos, são refutadas algumas noções comuns de arte que inviabilizariam uma filosofia da arte. A proposta hegeliana de uma filosofia da arte, contudo, não se diferencia apenas de noções usuais da arte; ela é também um feito singular se vista a partir da própria história da filosofia. No item “Dedução histórica do verdadeiro conceito de arte” Hegel mostra, ao seu modo, que seus antecessores não investigaram a arte assim como ele está, então, propondo. Isto diz, sem mais: sua proposta pretende-se singular não só em meio a noções usuais da arte, mas também na história da filosofia. É preciso lembrar que esta dedução histórica parte do pensamento kantiano sobre o belo, não retomando as investigações sobre a arte daqueles que antecederam Kant.

E é justamente no pensamento de Kant sobre a arte que incidiremos com uma breve investigação, procurando mostrar como este pensador parece se contrapor ao pensamento de Hegel, principalmente no tocante à possibilidade de uma ciência da arte.

É indispensável dizer, antes de qualquer coisa, que, de acordo com Kant, o belo é um juízo estético. Isto não diz que se trata de um juízo determinado pelas impressões sensíveis adquiridas através da intuição. O juízo estético, para Kant, é “aquele cujo fundamento-de-determinação está em uma sensação que esteja imediatamente vinculada com o sentimento de prazer e desprazer”<sup>18</sup>. Por isso é sempre subjetivo: diz respeito a um sentimento do sujeito; não discorre sobre coisas adquiridas pela intuição. O juízo “isto é belo”, por ser estético, não indica uma característica do objeto, mas um sentimento de prazer do sujeito.

Parece que esta é uma das razões principais pela qual se reservou a esta faculdade de juízo estética precisamente o nome de gosto. Pois alguém pode enumerar-me todos os ingredientes de uma comida e observar sobre cada um que aliás me é agradável, além disso pode, com razão, elogiar o caráter saudável dessa comida; todavia sou surdo a todos esses argumentos, eu provo o prato em *minha* língua e meu paladar e, de acordo com isso, não segundo princípios universais, profiro meu juízo.<sup>19</sup>

O juízo de gosto (juízo sobre o belo) é subjetivo, tem seu fundamento-de-determinação em uma sensação imediatamente vinculada com o sentimento de prazer. Este sentimento é, contudo, bem peculiar, pois provém não de um contato com um objeto que nos apraz, mas de uma relação entre faculdades do sujeito ajuizante. Nos deteremos um pouco nesse ponto.

No item IV da Introdução presente na obra *Crítica da faculdade do juízo*, Kant diferencia os juízos reflexivos (ou reflexionantes) dos juízos determinantes.

<sup>18</sup> KANT, I. *Duas introduções à crítica do juízo*. Tradução de Rubens Torres e Ricardo Terra. São Paulo: Iluminuras, p. 61.

<sup>19</sup> KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 131.

|                 |                   |              |               |                  |         |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|
| <i>intuitio</i> | ISSN<br>1983-4012 | Porto Alegre | Vol. 3 – Nº 2 | Novembro<br>2010 | p.32-44 |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|

## Uma singular e necessária filosofia da arte Hegel contra Kant?

A faculdade do juízo em geral é a faculdade de pensar o particular como contido no universal. No caso de este (a regra, o princípio, a lei) ser dado, a faculdade do juízo que nele subsume o particular é *determinante* [...] Porém, se só o particular for dado, para o qual ela deve encontrar o universal, então a faculdade do juízo é simplesmente *reflexiva*.<sup>20</sup>

Nesta passagem são caracterizados estes dois tipos de juízo: um deles parte de leis, princípios ou regras para determinar aquilo que é representado, o particular; e outro parte do particular para encontrar o universal. Ambos, por serem juízos, relacionam o particular com o universal. Mas é preciso estabelecer uma diferença marcante: a faculdade de juízo *determinante* subsume o particular no universal sempre a partir de leis ou regras dadas *a priori* no entendimento ao se relacionar com o objeto sensível. Este juízo é sempre sobre algo da realidade, ou melhor, objetivo; julga, a partir de leis ou conceitos dados no entendimento, sobre as coisas sensíveis. Já a faculdade de juízo *reflexiva* “dá uma lei somente a si mesma e não à natureza”<sup>21</sup>: é justamente isso que o caracteriza como reflexivo, pois tem a necessidade de procurar uma lei, à medida que esta não está dada pelo entendimento.

O juízo do belo, para Kant, é necessariamente reflexivo. Julgar a beleza de algo não deve supor uma adequação do objeto sensível às regras pré-estabelecidas que ditam as configurações necessárias para um objeto ser belo.

... uma prova *a priori* segundo regras determinadas pode menos ainda determinar o juízo sobre a beleza. Se alguém me lê a sua poesia ou leva-me [a um espetáculo] que ao final não satisfará meu gosto, então ele pode invocar *Batteux* (estético francês) ou *Lessing* ou críticos do gosto ainda mais antigos ou mais famosos e todas as regras estabelecidas por eles como prova de que sua poesia é bela; [...] eu tapo meus ouvidos, [...] já que ele (meu juízo) deve ser um juízo de gosto e não do entendimento ou da razão.<sup>22</sup>

Caso as regras estabelecidas pelos críticos determinassem o juízo sobre a beleza, este seria determinante e não reflexivo, pois ocorreria a subsunção de um particular (objeto belo) a um universal (regra estabelecida). O ponto a se frisar aqui é: caso o juízo de gosto fosse determinante, de modo algum o sentimento de prazer do sujeito seria o que lhe caracterizaria enquanto tal, pois no juízo determinante o que se afirma são propriedades do objeto (esta poesia é bela devido possuir tais e tais regras), e não um sentimento do sujeito. O juízo de gosto, enquanto um juízo reflexivo, é caracterizado não por uma subsunção de um particular a um universal, mas pela necessidade de se buscar um universal para um particular que não se deixa determinar. É nessa busca que há uma relação peculiar entre as faculdades do sujeito,

<sup>20</sup> KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 23

<sup>21</sup> KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 24.

<sup>22</sup> KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 131, parêntesis nosso.

|                 |                   |              |               |                  |         |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|
| <i>intuitio</i> | ISSN<br>1983-4012 | Porto Alegre | Vol. 3 – Nº 2 | Novembro<br>2010 | p.32-44 |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|

denominada por Kant de livre jogo entre a faculdade da imaginação e do entendimento.

...E o prazer não pode mais do que exprimir a adequação desse objeto às faculdades de conhecimento que estão em jogo na faculdade de juízo reflexiva, na medida em que elas aí se encontram, exprimem simplesmente uma subjetiva e formal conformidade a fins do objeto.<sup>23</sup>

O prazer no juízo de gosto provém deste livre jogo entre tais faculdades do sujeito. Mais uma vez: tal jogo só é possível quando conceitos e regras da faculdade do entendimento não determinam a intuição sensível, capturada pela faculdade da imaginação. Quando tal determinação ocorre há uma conformidade a fins objetiva, pois neste caso o objeto é final para conceitos do entendimento, é conforme esses. No juízo do belo há, por sua vez, uma conformidade a fins formal ou subjetiva, pois o objeto, ou melhor, a forma do objeto, neste caso, não é conforme conceitos do entendimento, mas combina com as próprias faculdades do sujeito, a ponto de provocar tal livre jogo, que gera prazer.

Esta explanação sobre o juízo de gosto demanda uma maior justificação. Mas não aprofundaremos nisso tendo em vista o que se propôs no início desta mesma explanação: mostrar como este pensador parece se contrapor ao pensamento de Hegel, principalmente no tocante à possibilidade de uma ciência da arte. E o que se mostrou até então? Que, para Kant, a arte, de uma forma ou de outra, ocorre sempre no sujeito: o juízo de gosto é subjetivo, pauta-se num sentimento de prazer do sujeito ajuizante. Disto não se deve concluir que se trata de um juízo particular, privado, pois a intenção de Kant é evidenciar a pretensão à universalidade própria do juízo de gosto, visto que se sustenta por um jogo entre faculdades *a priori* comuns a todo sujeito. Mas isto não é tão significativo para nós quanto essa convicção kantiana de que a arte sempre ocorre no sujeito, isto é, tem seu fundamento-de-determinação numa sensação imediatamente associada a um sentimento de prazer do sujeito. É a partir disto que Kant afirma: “justamente porque todas as determinações do sentimento são meramente de significação subjetiva, não pode haver uma estética do sentimento como ciência...”<sup>24</sup>. Nesta frase está dito, de certa forma, que não é possível uma ciência da arte. A ciência deve lidar com determinações de significação objetiva. Por isso, Kant, ao caracterizar a arte como um juízo estético de reflexão subjetivo, inviabiliza a possibilidade de uma ciência da arte: o belo se caracteriza por um prazer sentido pelo sujeito e provocado por uma incapacidade do entendimento subsumir a forma de um objeto apreendido pela imaginação.

Poder-se-ia concluir, a esta altura, sem grandes problemas, que Hegel refutou algumas noções comuns de arte que inviabilizariam uma ciência da arte assim como refutou o pensamento de Kant sobre o belo, que também inviabilizaria tal ciência. Poder-se-ia até mesmo fazer, correndo certo risco,

<sup>23</sup> KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 33.

<sup>24</sup> KANT, I. *Dois introduções à crítica do juízo*. Tradução de Rubens Torres e Ricardo Terra. São Paulo: Iluminuras, p. 58.

|                 |                   |              |               |                  |         |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|
| <i>intuitio</i> | ISSN<br>1983-4012 | Porto Alegre | Vol. 3 – Nº 2 | Novembro<br>2010 | p.32-44 |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|

## Uma singular e necessária filosofia da arte Hegel contra Kant?

uma associação entre aquelas noções comuns e o pensamento kantiano sobre o belo.

Poderíamos supor que a noção comum de arte citada por Hegel como entretenimento, distensão do espírito, aproxima-se do belo kantiano devido à caracterização feita por Kant do juízo de gosto, do belo como estético, ou mais precisamente, como um sentimento de prazer do sujeito. É preciso lembrar, contudo, que se trata de um prazer bem específico: o juízo de gosto é um juízo estético-de-reflexão, pois se trata de um prazer proveniente de um acordo entre as faculdades do entendimento e da imaginação e despertado pela forma de um objeto. Mas algumas passagens parecem aproximar o prazer característico do juízo do belo a um entretenimento, uma serenidade (talvez no sentido de uma distensão do espírito) e um jogo lúdico. Neste trecho, onde é feita uma distinção entre a contemplação de algo belo e algo que é determinado por leis matemáticas, Kant diz:

Todo rigidamente-regular (o que se aproxima da regularidade matemática) tem o si o mau gosto de que ele não proporciona nenhum *longo entretenimento com a sua contemplação*, mas, na verdade, na medida em que ele não tem expressamente por intenção o conhecimento ou um determinado fim prático, produz tédio.<sup>25</sup>

Numa comparação envolvendo o juízo do belo e o juízo do sublime (outro juízo estético-reflexivo) a característica lúdica (em contraposição a uma seriedade presente no sublime) daquele é novamente apontada:

Enquanto o belo comporta diretamente um sentimento de promoção da vida e por isso vinculado a atrativos e a uma faculdade da imaginação *lúdica*, o sentimento do sublime é um prazer que surge só indiretamente, ou seja, ele é produzido pelo sentimento de uma momentânea inibição das forças vitais e pela efusão imediatamente consecutiva e tanto mais forte das mesmas, por conseguinte enquanto comoção não parece ser nenhum *jogo*, mas *seriedade* na ocupação da faculdade da imaginação.<sup>26</sup>

Kant, associando o belo com esse jogo lúdico e longo entretenimento, parece confirmar uma possível ligação entre a noção comum de arte como entretenimento ou distensão do espírito criticada por Hegel. É preciso, contudo, mais vez lembrar que este sentimento de promoção de vida que para Kant caracteriza o juízo de gosto não deve ser confundido com o mero agrado.

A outra noção usual de arte criticada por Hegel, desta como aquilo que não é determinada por regras poderia ser associada com a necessidade posta por Kant de uma ausência de leis e regras do entendimento orientando o juízo do belo. Essa noção comum de que a arte não é regida por regras determinadas talvez se aproxime do belo kantiano por este ser caracterizado como juízo reflexivo, a saber, não determinado por conceitos do entendimento. Por esses motivos talvez se possa afirmar que

<sup>25</sup> KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 88. Grifo nosso.

<sup>26</sup> KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 90. Grifo nosso.

|                 |                   |              |               |                  |         |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|
| <i>intuitio</i> | ISSN<br>1983-4012 | Porto Alegre | Vol. 3 – Nº 2 | Novembro<br>2010 | p.32-44 |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|

## Uma singular e necessária filosofia da arte Hegel contra Kant?

Hegel refuta algumas noções comuns de arte assim como refuta o pensamento de Kant sobre o belo para afirmar a singularidade de sua proposta de uma filosofia da arte. Traz-se ao texto o que Hegel entende por ciência ou filosofia da arte:

Sobre este ponto há apenas que mencionar de modo abreviado que considero o filosofar completamente inseparável da cientificidade, sejam quais forem as concepções que se possa ter da filosofia e do filosofar. E isso porque é tarefa da filosofia considerar um objeto segundo a necessidade, que não pode, na verdade, ser necessidade subjetiva ou estar submetida a uma ordem e classificação exterior e assim por diante. A filosofia deve desenvolver e demonstrar seu objeto segundo sua própria natureza interior. Somente esta explicação constitui em geral a cientificidade de uma consideração.<sup>27</sup>

O propósito de Hegel é desenvolver uma ciência da arte, demonstrar a natureza interior desta sem se restringir ao âmbito subjetivo, em sentido kantiano. Tudo indica um embate direto entre o pensamento de Hegel e Kant; tudo indica que se especule: “Hegel refuta Kant ao mostrar a necessidade de uma ciência da arte”. Segundo este, o belo traz consigo certo caráter lúdico e de entretenimento e não deve ser submetido a regras e leis dadas. De acordo com aquele há uma necessidade de desenvolver esta ciência ou filosofia da arte. O pensamento de Kant sobre o belo parece se aproximar muito mais das noções usuais refutadas por Hegel do que da proposta deste de submeter a arte ao conceito. Haveria, então, um embate entre a filosofia (ao menos quanto à noção de arte) destes dois pensadores.

\*\*\*

O segundo princípio que se deduz das precedentes observações é este: que toda a filosofia existe e é necessária, nenhuma deixou de existir, mas todas se conservaram na filosofia como momentos de um modo afirmativo. Temos, porém, de distinguir entre o princípio particular destas filosofias como particulares e a realização deste princípio através de toda a concepção mundial. Os princípios conservaram-se, e sendo a mais recente filosofia o resultado dos princípios anteriores, nenhuma filosofia é em dia algum refutada.<sup>28</sup>

Foram apresentadas no início do texto algumas noções comuns de arte refutadas por Hegel. Atentou-se para uma constatação de que a demanda de tal refutação indicaria uma singularidade da proposta hegeliana. Afirmou-se, paralelamente, que o fato de Hegel dedicar um item de sua obra a uma *Dedução histórica*, onde se afirma uma insuficiência daqueles sistemas filosóficos quanto a uma ciência da arte, indicaria também uma singularidade de sua proposta. E insinuou-se, propositalmente,

<sup>27</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 36.

<sup>28</sup> HEGEL, F. *Introdução à história da filosofia*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 406.

|                 |                   |              |               |                  |         |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|
| <i>intuitio</i> | ISSN<br>1983-4012 | Porto Alegre | Vol. 3 – Nº 2 | Novembro<br>2010 | p.32-44 |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|

## Uma singular e necessária filosofia da arte Hegel contra Kant?

que em ambos os casos estariam presentes refutações parecidas que, por si, garantiriam a realização de um feito singular.

A última afirmação do trecho acima citado, presente na obra *Introdução à história da filosofia* de Hegel, a saber, que “nenhuma filosofia é em dia algum refutada”, indica, contudo, uma mudança de direção daquilo que está sendo insinuado ao longo do texto. Não seria então a empreitada hegeliana de elaborar uma ciência da arte uma refutação à tesa kantiana sobre o belo? Ao que tudo indica, sim; mas ao que a frase do início do parágrafo indica, não.

Deu-se ênfase até aqui no quão singular é a proposta de Hegel. Abordou-se, entretanto, essa como necessária somente ao reconstituirmos a refutação hegeliana àquela noção que compreende a ciência da arte como uma recondução do elo intermediário entre sensível e inteligível à aridez do conceito; e é justamente através dessa refutação, cuja necessidade de uma filosofia da arte é afirmada, que se pretende acompanhar o dito de Hegel “nenhuma filosofia é em dia algum refutada”; ou ainda: “toda filosofia existe e é necessária”.

Para isto devemos dizer: não há uma refutação do pensamento de Hegel ao pensamento de Kant no que se refere à arte. Disto não se deve concluir que ambos dizem o mesmo. Quer-se indicar apenas que a proposta de elaborar uma ciência da arte já estava presente, de um modo indeterminado, na abordagem kantiana do belo. De fato, Kant não admitia a possibilidade de uma ciência da arte, pois o belo diz respeito antes de tudo a um sentimento de prazer despertado por um jogo das faculdades internas do sujeito. De fato, para Kant o belo não é regido por regras ou conceitos do entendimento e, por isso, o juízo de gosto não pode ser nunca equiparado a um juízo de conhecimento. Apesar de tudo isto se insinua que o pensamento de Kant sobre o belo não é refutado por Hegel, mas intensificado. Retomando o que esse disse sobre a impossibilidade de mesmo o artista mais experiente poder se esquivar do espírito de sua época, pode-se dizer, de certo modo, que Kant também não o pôde: “Ultrapassamos o estágio no qual se podia venerar e adorar obras de arte como divinas. A impressão que elas provocam é de natureza reflexiva e o que suscita em nós necessita ainda de uma pedra de toque superior e de uma forma de comprovação diferente”<sup>29</sup>.

Kant não pensa a arte ou o belo como divino, mas antes como um juízo estético reflexivo. O gosto está presente no pensamento kantiano para sustentar todo um sistema filosófico. A arte já está, em Kant, envolvida pelo pensamento. Isto não está declarado como uma ciência da arte, mas é evidente que está presente ali uma sobreposição da reflexão frente a uma contemplação prazerosa ou divina livre de regras.

O gosto para Kant não é um mero prazer diante de um objeto, um prazer descompromissado. Esse prazer é chamado de agrado e consiste num juízo-de-sentido estético, que contém uma finalidade

<sup>29</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 34.

|                 |                   |              |               |                  |         |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|
| <i>intuitio</i> | ISSN<br>1983-4012 | Porto Alegre | Vol. 3 – Nº 2 | Novembro<br>2010 | p.32-44 |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|

## Uma singular e necessária filosofia da arte Hegel contra Kant?

material<sup>30</sup>, isto é, despertado pela simples presença material de um objeto. O prazer do juízo de gosto, enquanto juízo estético, pretende:

...que seu fundamento-de-determinação se encontre, *não meramente no sentimento de prazer e desprazer por si só, mas ao mesmo tempo em uma regra das faculdades-de-conhecimento superiores, e aqui, especificamente, nas do juízo, que, portanto, quanto às condições da reflexão a priori, é legislador e demonstra autonomia;*<sup>31</sup>

Segundo Kant, o juízo de gosto envolve, de um modo bem específico, juntamente com o sentimento de prazer, as faculdades-de-conhecimento superiores, a saber, o entendimento e a imaginação. Isto a ponto do juízo de gosto erguer uma pretensão universalidade, o que não foi tão explorado nesse artigo. Enfim, pode-se dizer que o pensamento kantiano sobre o belo não é ainda uma ciência da arte, mas já está impregnado do espírito de sua época. Em certo sentido, Hegel não refuta Kant, apenas o desenvolve:

Este desenvolvimento não se dirige para fora, para a exterioridade, mas, explicando-se, volta-se para o interior: quer dizer, a idéia geral permanece sendo a base e continua a ser o que tudo abraça e o imutável. Com efeito, o andar fora de si da idéia filosófica no seu desenvolvimento não é uma mudança, nem outro devir, mas é, antes, um entrar em si, um aprofundar-se a si próprio; deste modo, o progredir torna mais determinada em si a idéia que anteriormente era genérica e indeterminada.<sup>32</sup>

No item “Espécies de tratamento científico do belo e da arte” de seu *Cursos de estética*, Hegel afirma que sua filosofia da arte deve encontrar-se entre duas posições extremas: “por um lado, vemos a ciência da arte se ocupar apenas, por assim dizer, com aspectos exteriores da obra de arte”<sup>33</sup>, determinando as características do objeto belo e até mesmo extraíndo regras da beleza<sup>34</sup>; “por outro lado, vemos a ciência se abandonando de maneira isolada ao pensamento sobre o belo e somente produzindo generalidades totalmente alheias à obra de arte em sua peculiaridade, isto é, constituindo uma filosofia abstrata do belo”<sup>35</sup>. Segundo Hegel, sua proposta “deve conter em si mesmo mediados os dois extremos indicados, na medida em que reúne a universalidade metafísica com a determinidade da particularidade real”<sup>36</sup>. Com cautela podemos dizer que Hegel “torna mais determinada em si” a noção kantiana do belo, que compartilha de certa abstração metafísica (que “era genérica e indeterminada”) por, de certa maneira, restringir, localizar o belo num jogo entre faculdades *a priori* do sujeito

<sup>30</sup> Cf. KANT, I. *Duas introduções à crítica do juízo*. Tradução de Rubens Torres e Ricardo Terra. São Paulo: Iluminuras, p. 61.

<sup>31</sup> Idem, p. 62.

<sup>32</sup> HEGEL, F. *Introdução à história da filosofia*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 400.

<sup>33</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 38.

<sup>34</sup> “A filosofia da arte não se ocupa com prescrições para os artistas, assim como não pretende fornecer-lhes regras, mas precisa descobrir o que é o belo em geral e como ele se mostrou no que existe, nas obras de arte” (HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 42).

<sup>35</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 38.

<sup>36</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 45

|                 |                   |              |               |                  |         |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|
| <i>intuitio</i> | ISSN<br>1983-4012 | Porto Alegre | Vol. 3 – Nº 2 | Novembro<br>2010 | p.32-44 |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|

## Uma singular e necessária filosofia da arte Hegel contra Kant?

despertado pela *forma* de um objeto, não relacionando tanto com a determinidade da particularidade real, com o objeto da bela arte.

Notadamente, Hegel reconhece o esforço e as conquistas de Kant no âmbito da estética, do pensamento sobre o belo. Ao tratar da filosofia kantiana no item “Dedução histórica do verdadeiro conceito de arte”, Hegel abre sua explanação assegurando que Kant não só vislumbrou este elo entre universal e particular através do juízo de gosto como também o “representou de modo determinado”<sup>37</sup>. A interpretação hegeliana dos principais pontos da *Crítica da faculdade do juízo* evidencia uma proximidade do intuito destes dois filósofos no tocante ao belo. Distinguindo prazer no juízo de gosto do mero agrado, como um prazer livre de interesse; indicando a universalidade requerida por este prazer obtido com a contemplação de algo belo; caracterizando a conformidade a fins interna do juízo de gosto; e enfatizando que Kant afirma uma necessidade no juízo do belo independente de conceitos, Hegel nos mostra o ponto crucial alcançado por Kant no que se refere à arte:

Em todos esses enunciados kantianos encontramos, pois, uma inseparabilidade daquilo que em nossa consciência sempre era pressuposto como separado. Esta separação encontra-se superada no belo, na medida em que a universalidade e a particularidade, finalidade e meio, conceito e objeto se interpenetram completamente.<sup>38</sup>

Precisamente por isso, a filosofia kantiana é considerada, nos *Cursos de estética*, um marco inicial do verdadeiro pensamento sobre o belo. O que Hegel pretende aprofundar é justamente essa interpenetração entre sensível e inteligível, mas esquivando-se do forte caráter subjetivo presente na investigação de Kant. Ao fim de sua interpretação da filosofia kantiana, deixa claro que o passo dado pela terceira crítica kantiana restringe-se ainda ao julgamento e produção da obra de arte, não alcançando propriamente “... o que é em si e para si verdadeiro e efetivo”<sup>39</sup>. Kant pode até ter feito uma “filosofia do belo”, mas de modo algum desenvolvido uma filosofia da bela arte, da *obra* de arte bela, o que se indicou, no primeiro parágrafo artigo, como sendo a empreitada de Hegel.

Assim, a proposta hegeliana de uma ciência da arte é singular sem ser arbitrária, descabida, pois é, antes de tudo, necessária, à medida que desenvolve aquilo que já existe. Deste modo, não poderia se tratar de uma “Refutação histórica do verdadeiro conceito de arte” e sim de uma *dedução*, que pode ser compreendida como uma indicação deste desenvolvimento que se volta para o interior, deste entrar em si, próprio ao pensamento filosófico: “... como a apreensão superior da verdadeira unidade de necessidade e da liberdade, do particular e do universal, do sensível e do racional”<sup>40</sup>. A refutação aplica-se somente às noções comuns de arte, ou ainda: somente às noções comuns do que

<sup>37</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 74.

<sup>38</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 77.

<sup>39</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 78.

<sup>40</sup> HEGEL, F. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001, p. 78.

|                 |                   |              |               |                  |         |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|
| <i>intuitio</i> | ISSN<br>1983-4012 | Porto Alegre | Vol. 3 – Nº 2 | Novembro<br>2010 | p.32-44 |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|

---

Uma singular e necessária filosofia da arte Hegel contra Kant?

quer que seja. Até porque pensar uma coisa como sendo ao mesmo tempo singular (particular) e necessária (universal) pode ser embaraçoso para o entendimento comum, assim como pode ser para nós pensar o “andar fora de si da idéia filosófica” como sendo, ao mesmo tempo, “aprofundar-se a si próprio”.

**Referências**

- GADAMER, Hans-Georg. *A atualidade do belo: a arte como jogo, símbolo e festa*. Tradução de Celeste Aida Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- GONÇALVES, M. C. F. *O belo e o destino. Uma introdução à filosofia de Hegel*. São Paulo, Loyola, 2001.
- GOULIANE, C. I. *Hegel ou la philosophie de la crise*. Tradução de Jean Herdan. Paris: Payot, Paris, 1970.
- HEGEL, F. *Introdução à história da filosofia*. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001.
- KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Dois introduções à crítica do juízo*. Tradução de Rubens Torres e Ricardo Terra. São Paulo: Iluminuras, 1995.

Recebido em 06-10-2010 e aceito para publicação em 04-11-2010.

|                 |                   |              |               |                  |         |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|
| <i>intuitio</i> | ISSN<br>1983-4012 | Porto Alegre | Vol. 3 – Nº 2 | Novembro<br>2010 | p.32-44 |
|-----------------|-------------------|--------------|---------------|------------------|---------|